

Objetividade e parcialidade no jornalismo

Ivan Bystřina

Começamos admitindo que são, via de regra, extremamente complexos os motivos segundo os quais os homens decidem agir ou se comportar de determinada maneira. Estes motivos complexos também envolvem a decisão de, enquanto políticos, jornalista ou cientistas, não fazermos um relatório objetivo. Essa decisão consciente raras vezes é motivada apenas pelo puro interesse de espalhar a inverdade, de divulgar ou ignorar um aspecto e de mentir. Na maior parte das vezes existem outras causas e outras motivações. Nesse contexto, procuramos não machucar as pessoas, dizendo que a verdade é um comportamento normal na vida cotidiana.

Na política, nós somos da opinião que dizer a verdade traria benefícios para os nossos inimigos ou somos da opinião que seria perigoso, para as classes dominantes, dizer a verdade ao povo. Nós acreditamos que a nossa causa sagrada, a pureza da ideologia e outros interesses ficariam prejudicados se nos permitíssemos fazer reportagens objetivas. Assim, em alguns casos, o repetir pode adquirir uma consciência plena acerca das motivações de sua própria não objetividade. No entanto, muitas vezes, as motivações agem ou influenciam nas decisões conscientes e com isso elas influenciam nas ações e modos de comportamento dos homens. Esta segunda influência se dá via consciente ou por via parcialmente consciente, caso em que as motivações desfiguradas/deslocadas são investidas em suas figuras contrárias.

As motivações, respectivamente as pulsões, os desejos – para usarmos a terminologia de Freud – são afastadas ou mantidas afastadas das instâncias psíquicas decisivas. São mantidas afastadas do núcleo da personalidade psíquica do ego. São afastadas também do superego, que consiste dos valores, ideais, mandamentos, proibições e interdições incorporados normativamente na personalidade humana. Tudo isso é mantido afastado e deslocado para a área do inconsciente. Não são apenas as necessidades específicas, os interesses e as motivações específicas, como por exemplo a necessidade de sobrevivência, a curiosidade, a motivação para o trabalho e a eficiência, o esforço em conquistar poder e subir na escala dos estratos sociais, o desenvolvimento da personalidade e a auto-realização, que objetivam as ações humanas em prol da objetividade e não objetividade.

Entre as forças motrizes do comportamento humano também temos que localizar a vontade e o esforço de chegar à verdade, o esforço de reconhecer o mundo efetivamente como ele é, o esforço de comunicar esse nosso conhecimento acerca do mundo às outras pessoas, a vontade que o homem tem de proclamar e defender a verdade, que parece ser uma norma ética presente em todas as culturas. A isso se liga também um outro conceito de objetividade que aparece num momento um tanto tardio da história das idéias, quando os centros de informação utilizados pelos homens, sobretudo da mídia e do meio científico, passaram a ser cobrados por uma espécie de ethos profissional. Um ethos que começou a se manifestar na expectativa de uma reportagem objetiva, no relato objetivo dos fatos.

A busca da objetividade é universalmente reconhecida como pressuposto fundamental da ciência. Somente com base nesse fundamento a ciência pode se desenvolver como uma espécie de anexo da religião e da mitologia e mais tarde como uma espécie de anexo das diferentes ideologias. E mesmo hoje seria impossível uma compreensão, ainda que limitada, da articulação de diferentes pontos de vista individuais, sem que houvesse uma vontade de busca da objetividade.

Independente das motivações mais específicas e mais diversificadas que podem influenciar a decisão quanto à objetividade ou não objetividade, observamos também o desejo para a mentira. A tendência à mentira representa a motivação intrínseca/interior que também é eficaz, independente de coerção, pressão e estímulo que precise de outras motivações. Mentir, principalmente quando se trata da mentira fantasiosa, da mentira branca, ligada a fabulização e criatividade, pode ser uma questão bastante interessante. É por isso mesmo que se executa esse tipo de mentira. Motivações profundas, que fazem parte da personalidade, influenciam de uma ou de outra maneira o desejo de obter conhecimento da verdade, da objetividade.

A objetividade ou não, a intenção de dizer a verdade ou de mentir, vai depender do próprio orador, ou seja, daquele que de fato fala da sua motivação, seja qual for, de suas características herdadas e aprendidas, bem como da situação do meio ambiente no qual ele tem que viver.

A estrutura das complexas motivações hierárquicas de um jornalista ou repórter depende principalmente do extrato sócio-cultural no qual ele está inserido, apesar de todo seu desejo de ser independente do ponto de vista intelectual. Ele depende textualmente das idéias e da escala de valores de sua sociedade, de sua época, de sua classe ou camada social, como também das demais relações sociais às quais está vinculado.

A capacidade limitada dos sistemas de processamento das informações, a complexidade semiótica na qual ocorre uma reportagem sobre determinado assunto, os ruídos e distúrbios de todos os pontos da cadeia de comunicação, como também a complexa estrutura de motivações e contradições, impossibilitam o alcance de uma objetividade absoluta. Na realidade, observamos que obtenção de uma objetividade absoluta é a utopia.

Apesar de quase nunca poder ser completamente atingida, a objetividade pode ser maior naquelas áreas que não tocam os interesses do repórter, do jornalista, ou seja, que não o afetam. Quando alguém obtém informações, não podemos excluir, mesmo nas ciências naturais, a influência do observador sobre o objeto observado. O jornalista, portanto, não somente pode influenciar, quer queira quer não, também os receptores do seu relato. Esse fato, que naturalmente prejudica a objetividade do seu relato por parte do seu receptor, acontece mesmo quando o jornalista não tem essa intenção.

Na sua função social, a busca da objetividade continua válida como uma diretriz, como um ideal utópico. Na prática, nós temos que nos dar por satisfeitos com o máximo de objetividade que conseguirmos. Os maiores empecilhos em relação à objetividade estão ligados a estereótipos de motivação, interligados ao mesmo tempo com estereótipos afetivos e cognitivos. Posições, opiniões, pensamentos, crenças, ideologias e sistemas de valores, hábitos de comportamento, expectativas de papéis e, principalmente, preconceitos, influenciam consideravelmente a objetividade de um relato. Estes fenômenos, baseados em disposições hereditárias e psicologicamente aprendidas, geralmente podem ser considerados como bastante complexos, ligados a modelos de estruturas permanentes, mas também passíveis de alterações. Isso pode ser entendido assim que são regulamentadas as elaborações cognitivas das informações dos objetos, inclusive as avaliações emocionais.

As intenções de comportamento, as decisões de comportamento, como também os próprios comportamentos em relação ao objeto e a maior parte das intenções que influenciam na objetividade são obtidas dentro do próprio processo de socialização da primeira infância. Na juventude mostram muitas vezes uma tendência bastante forte de persistência, uma capacidade de resistir. No entanto, podem ser modificadas, pois não são irremediavelmente fixas. O homem, portanto, em condições favoráveis, pode aprender com suas experiências até atingir uma idade elevada. Ele também pode mudar suas opiniões, seus conceitos; pode até chegar a uma correção completa, mas isso vale a pena no princípio,

ocasião na qual, quando se aprende um comportamento, também se pode desaprendê-lo.

O modelo de estrutura psíquica fixa como idéias, opiniões, expectativas muito fixas e a disponibilidade ligada a tudo isso leva a não se ter – muitas vezes – a objetividade nos fatos. Isso influencia a disposição diante uma experiência ou um efeito; disposição está sempre marcada por opiniões pré-concebidas, pré-noticiosas, isto é, antes de se tomar qualquer decisão sobre a objetividade dos relatos, dos textos, de tudo o que escrito. As idéias pré-concebidas, o pré-juízo feito pelo observador que não sabe das suas motivações, muitas vezes até tiradas do inconsciente, e outros processos cognitivos produzem – ou não – constantemente opiniões de acordo com matrizes pré-estabelecidas. Como um orador está mais ou menos convencido da veracidade do que fala, não diferencia entre condições que são fatos verificáveis por todos os receptores e as idéias próprias – ou aceita de terceiros, sem críticas – já pré-concebidas como corretas. A capacidade de fazer essa diferenciação é indispensável para qualquer representação objetiva.

Nessa altura devemos lembrar a importância especial do que chamamos de preconceitos grupais ou sociais. Eles produzem um efeito negativo em relação a cultura, povos estranhos, minorias, diferentes grupos religiosos, ideológicos e raciais. Esses mesmo preconceitos podem produzir um efeito positivo em relação a si próprios, pessoas, grupos investidos de autoridade ou em relação aos grupos para os quais se tem um certo sentimento de culpa e de pena. Observamos também, entre os pré-conceitos para o pensar e para o agir, aquilo que chamamos “prolexis”, um limite um pouco cinza. Francis Bacon já disse que os preconceitos servem para obter o sim de algumas pessoas, porque simplificam, aparentemente, a complexidade muito ameaçadora da realidade e tornam essa realidade muito mais simples. Nesse sentido, a realidade já não é mais ameaçadora, porque só leva em conta alguns itens conhecidos: o medo produzido pelo déficit em orientação, como também a insegurança social, tudo isso pode ser eliminado, a pessoa decide e fica psiquicamente mais leve.

A disposição de produzir e de superar, ou seja, de usar pré-conceitos, aumenta geralmente em situações de crise e através da manipulação de líderes, demagogos ou de órgãos bastante influenciáveis por estas pessoas. Por outro lado, crises e experiências pessoais difíceis e complexas, negativas, podem levar a uma eliminação rápida, às vezes até repentina, de preconceitos. Geralmente, os preconceitos nada têm de inovações, são contrários às inovações, apresentam características do pensamento autoritário e intolerante. Podemos até falar de uma verdadeira síndrome de preconceitos.

Muitas vezes, a questão da objetividade em relação à ciência se identifica com liberdade de valores. Isso não criaria problema algum se pudéssemos formar a liberdade de valores levando em consideração a postura de Max Weber, quando disse que as ciências empíricas “não conseguem ensinar a ninguém o que se deve fazer, mas somente o que a pessoa pode fazer e, em certas circunstâncias, o que a pessoa quer fazer”. Weber levava em consideração que os enunciados indicam o dever e não têm nenhum valor de verdade; por isso mesmo nada tem a ver com o critério de objetividade. Os enunciados de valores não a forma “você devem fazer isto ou aquilo”, mas dizem que “x é bom ou ruim”, em outras palavras “x é melhor ou pior que y”; deveres e normas são estabelecidos com base em valores. Sobre valores é que nascem as sentenças como: “não furtar”, ou “proletários do mundo, uni-vos”.

É verdade que sobre isso podemos fazer um relato metalingüístico; tudo isso pode se tornar objeto de uma pesquisa científica mas, sem si, estas máximas ou sentenças não têm nada a ver com linguagem objetiva de um cientista ou de um jornalista, quando exercem suas funções propriamente ditas e não assumem funções dos políticos, ideólogos ou pregadores.

Podemos dizer que não só a verdade da conduta e a objetividade da conduta são inatingíveis, mas também não é possível a construção de valores absolutos (tomando o conceito de valor em si). Constatamos uma certa relatividade: os valores sempre se relacionam com algo que está fora do objeto a ser avaliado, ou seja, a meta, o objetivo a ser alcançado tem tudo a ver com os interesses de um grupo, como, por exemplo, os ideais sociais ou o bem estar do povo, a vontade de deus ou uma norma existente; sendo que, muitas vezes, um sistema normativo se baseia em valores ligados a interesses primários. Assim sendo, as declarações avaliativas por parte dos receptores podem ser verificadas por eles mesmos no que diz respeito ao seu conteúdo verídico, isso enquanto se puder verificar se “x” é bom para atingir a meta ou se “x” corresponde aos interesses de “y”, ou da norma “z”: em outras palavras, repetimos mais uma vez se é bom ou ruim.

Assim, dependendo da intenção consciente ou inconsciente estabelecida, os valores podem ser mais ou menos objetivos, ou seja, podem ser não objetivos. A sua objetividade, portanto, pode ser avaliada de uma maneira semelhante como aquilo que se observa.

A declaração de um objeto como sendo de valor neutro (quer dizer, não ruim e nem bom, ou seja fora de valoração) já é em si uma valoração que, dependendo da intenção, pode ser feita de maneira objetiva ou não-objetiva. Portanto, não existe

nenhum motivo sensato para se afirmar que os valores, que os juízos sobre os valores ou a sentença de um valor, sempre não provenham de um preconceito pré-determinado, ou de uma vontade, uma intenção de enganar, enquanto não surgem como máscaras de fatos; não há motivos para que os juízos de valores devam ser exilados da ciência e do noticiário em nome de uma liberdade de valores assim postulada.

Como não equivalência entre os motivos e as intenções do repórter e do conteúdo da manifestação do seu relato, então, estas intenções, esses motivos, não precisam ser conhecidos pelo receptor. Nesse contexto, os textos ideológicos aparecem, são impressos de uma maneira escondida, interesses falsos são colocados no lugar de outros, como se fosse feita uma substituição.

O próprio Platão já mostrou, nos diálogos de sua obra “Górgias”, as capacidades teóricas extremamente necessárias para poder ver a próprias metas verdadeiras. Nesse sentido, é difícil para o receptor descobrir os interesses que se ocultam atrás de um texto, assim como tanto mais difícil é distinguir as motivações falsas e as motivações verdadeiras. A partir dessas constatações, a evolução da história das idéias é o rumo, ou, segundo Marx, a ideologia. Nessa linha, muito concebem a ideologia como uma falsa consciência, a qual produz textos com uma fundamentação indireta de ação, ocultando as motivações verdadeiras. Essa percepção foi formulada de maneira mais clara por Engels que, pouco antes de sua morte, escreveu: “A ideologia é um processo que é realizado conscientemente pelo assim chamado pensador, mas o assim chamado pensador realiza este processo com uma falsa consciência. As forças motrizes propriamente ditas que movem o pensador permanecem desconhecidas do próprio pensador, pois, do contrário, não estaremos diante de um processo ideológico. Assim, o pensador imagina para si forças motrizes respectivamente aparentes”. A ideologia, nesta concepção não é uma mentira, não é uma falácia consciente, mas ela é um não conhecimento, é uma auto-ilusão que está radicada na incapacidade historicamente condicionada do ideólogo e capacidade esta de reconhecer as suas verdadeiras motivações.

Se quisermos entender por ideologia grandes sistemas de pensamento e de texto que agem efetivamente na sociedade, sistemas de pensamento e de textos que expressam determinadas motivações para os membros de grupos e de classes sociais, motivações que são mais ou menos comuns a todos e que são expressas na forma de uma falsa consciência; se quisermos compreender a ideologia acima, teríamos que constatar que, nas ideologias, se abstrairmos de alguns enunciados verdadeiros que podem estar contidos nelas, também existe o engano consciente e

a mentira intencional, que desempenham papel muito mais importante ao lado o engano e da auto-ilusão

Como já constatou Hendrik de Mann (1927) (em A Psicologia do Socialismo) – o próprio Marx nunca formulou a sua doutrina das motivações. Marx se interessou mais pela relação entre idéias e ideologia por um lado e o ser social, sobretudo nas relações de produção, por um outro lado. As forças motrizes, propriamente ditas, de um ideólogo – das quais falava Engels – estão nos fatos econômicos fundamentais/básicos e a consciência do ideólogo é falsa porque a relação verdadeira das suas idéias com a base econômica não entra na sua consciência, mas nós temos os interesses que formam e constituem o elemento de ligação bem determinado. Nessa altura, lembramos Ludwig Wittgenstein, que afirma: “o interesse é uma tendência ou um direcionamento da personalidade que consiste na concentração das suas intenções num objeto determinado”. A identificação visual de interesses e motivações nos oferecem algumas dificuldades sensíveis. A concentração da atenção das idéias e das intenções num só objeto é um processo que se passa necessariamente no/num plano da atividade psíquica consciente. Uma motivação inconsciente respectivamente deslocada para a área do inconsciente pode se manifestar em determinadas condições como um interesse substitutivo que é indicado como uma espécie de desculpa pelo ideólogo, uma espécie de álibi, mas uma necessidade que não se torna consciente, não deixa de ser uma necessidade, mas ela “não constitui nenhum interesse”, como afirmou Ludwig Wittgenstein (1889-1951).

O marxismo cinde o conceito de interesse, na sua cunhagem sócio-psicológica, em dois elementos que podem ser unidos conceitualmente apenas com muita dificuldade. Marx já estabelece uma diferença entre um interesse direto imediato consciente e um interesse efetivo do proletariado, sendo que o último era identificado com a posição objetiva da classe operária, posição essa independente do proletário individual. A classe proletária é concebida como uma classe revolucionária, tem a posição histórica de um grupo ou uma classe na sociedade. Ela não constitui nenhum interesse por si mesma, mas influi enquanto consciência verdadeira ou falsa dessa posição, influencia essencialmente as estrutura motivacionais deste grupo. O interesse objetivo, não conscientizado pelo sujeito é um contra-senso. O observador, o pensador, que chega a conclusão de que uma outra direcionalidade das intenções de um grupo de uma classe social seria mais favorável para este grupo ou classe, esse observador ou pensador ainda não descobriu nenhum interesse objetivo/verdadeiro dessas pessoas. Ele pode, tão somente, tentar interessar os homens pelos objetivos que ele valoriza como objetivos vantajosos.

Apesar da preponderância de muitos anos da ideologia oficial, apesar da doutrinação e da relação de poder existente, o conflito social fundamental mantém acesa – na população – a necessidade de uma transcendência ideológica, “transcendência essa que vai além da realidade repressiva”, como disse Herbert Marcuse. Além do negativo que consiste nos momentos da falsidade, da passividade, do mero trabalho intelectual, do mero trabalho especulativo, além desses elementos negativos, as ideologias e as utopias das camadas sociais oprimidas também participam da verdade. Assim, nas camadas oprimidas, as ideologias, de poder mantém como elemento positivo a força de transcendência que rompe as fronteiras do sistema, citando Herbert Marcuse.

Na ideologia entraram, como materiais veiculados de geração em geração, as esperanças permanentes, os esforços e o sofrimento dos homens. Materiais que contém potencialidades reprimidas. Materiais que contém imagens de uma justiça universal, de uma felicidade e de uma liberdade universais.

Palestra de Ivan Bystřina
na Folha de São Paulo. (1990)

Ivan Bystřina esteve em São Paulo em 1990 e em 1995, a convite do CISC e com o apoio do CNPq, da Secretaria da Cultura do Município de São Paulo, da Folha de São Paulo e do Instituto Goethe. Em 1990 participou do Seminário *A imprensa perdeu o pé da história?* Em 1995 ministrou curso de Semiótica da Cultura no CISC/PUCSP.



CISC - CENTRO INTERDISCIPLINAR
DE SEMIÓTICA DA CULTURA E DA MÍDIA